NOVO X PSOL

Apesar de adotarem discursos políticas muito diferentes, os deputados federais do Partido Novo e do PSOL votaram alinhados em praticamente todas as PECs que analisamos. Em sete das nove votações de Propostas de Emenda à Constituição, houve total coincidência nos votos dos dois partidos. Como nossa base inclui a votação em dois turnos, no resultado da segunda votação só houve discordância entre os dois partidos em uma PEC.

A diferença apareceu na PEC 391/2017, que aumenta em um ponto porcentual os repasses de alguns tributos da União para as cidades, por meio do Fundo de Participação dos Municípios. Os deputados Paulo Ganime e Adriana Ventura, do Novo, foram contra o projeto. Mas outros seis integrantes do Novo e os três do PSOL foram a favor. Em uma reportagem do Congresso em Foco, Ganime disse que era contra a PEC porque o “Orçamento da União está quebrado”.

Os oito deputados do Novo e três do PSOL foram contra a PEC 23/2021, a PEC dos Precatórios. A proposta muda o cálculo do Teto de Gastos da União, adia pagamentos de precatórios e libera recursos para o Auxílio Brasil. Segundo o site oficial do PSOL, a medida “propõe um calote em parte das dívidas do governo federal com os estados e municípios com a justificativa de viabilizar os recursos para o Auxílio Brasil”. O site do Partido Novo também afirma que a PEC “dá um calote nos brasileiros” e “fura o teto de gastos, o que gera insegurança jurídica e tira a credibilidade do Brasil frente aos investidores”.

Todos os 11 deputados votaram contra o texto da PEC 5/2021, que redefine a Composição do Conselho Nacional do Ministério Público. A PEC foi classificada por associações de representação de procuradores como uma tentativa de intervenção dos políticos no Ministério Público. O PSOL justificou seu voto pedindo maior “participação popular” no conselho. Marcel Vam Hattem, do Novo, falou em “perda da independência do Ministério Público”.

A PEC-17/2019 inclui a proteção dos dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais. A proposta não provocou muita polêmica: foi aprovada em primeiro turno, por 439 votos a 1, e, em segundo turno, por 436 votos a 4. Já a PEC 397/2017 trata de atos que permitiram a criação do Estado de Tocantins. Também não houve muita polêmica: a PEC foi aprovada no primeiro turno por 400 votos a 26 e, no segundo turno, por 422 a 28.

A PEC 125/2011 tratava originalmente da proibição eleições perto de feriado nacional, mas, na prática, a proposta promove uma ampla reforma eleitoral, com a volta das coligações, o que favorece a fragmentação partidária. Uma das mudanças propostas, a adoção do “distritão” como sistema de eleição de deputados, foi derrotado por um destaque do PSOL. Para o PSOL, haveria diminuição da participação popular. Os dois partidos foram contra a PEC.